

Políticas de assistência social e saúde empregadas na abordagem de drogas na adolescência: revisão integrativa

Policies of social assistance and health for drug use in adolescence: integrative review

DOI:10.34119/bjhrv5n6-250

Recebimento dos originais: 14/11/2022

Aceitação para publicação: 20/12/2022

Jane Kelly Oliveira Friestino

Doutora em Saúde Coletiva

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó – SC, CEP: 89815-899

E-mail: jane.friestino@uffs.edu.br

Rafaele Cristiane Corrêa

Especialista em Dependência Química

Instituição: Casa de Apoio ao Drogado e Alcoólatra Casa Dia Cosmópolis (C.A.D.A.)

Endereço: Rua Ramos de Azevedo, 128, Bela Vista, Cosmópolis - SP

E-mail: rafaele.c_correa@hotmail.com

Isabô Cristine Caetano Sellis

Especialista em Dependência Química

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - Hortolândia

Endereço: Rua José Carlos Pace, 35, Jardim Santa Rita de Cássia, Hortolândia - SP

E-mail: isabo.sellis@gmail.com

Marcela de Léo Furlan

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, Chapecó – SC, CEP: 89815-899

E-mail: marcela.leo@uffs.edu.br

Jader Barcelos dos Santos

Especialista em Saúde da Família

Instituição: Prefeitura Municipal de Chapecó, Secretaria de Assistência Social

Endereço: R. Mal. Floriano Peixoto, 145, Centro, Chapecó - SC, CEP: 89801-501

E-mail: jaderbarcelosdosantos@gmail.com

Roseli Rezende

Mestre em Gerontologia

Instituição: Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira

Endereço: R. Antônio Prado, 430, Distrito Sousas, Campinas - SP, CEP: 13105-304

E-mail: rosy_xz@yahoo.com.br

Denise Cuoghi de Carvalho Verissimo Freitas

Doutora em Ciências da Saúde

Instituição: Faculdade Anhanguera - Campus Ouro Verde Campinas

Endereço: Rua Emília Stefanelli Ceregatti, 160, Jardim Morumbi, Campinas – SP,

CEP: 13052100

E-mail: deniseccvf@gmail.com

RESUMO

Objetivou-se sistematizar o conhecimento produzido acerca das estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde no enfrentamento de problemas associados ao consumo de drogas na adolescência. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, iniciada com o questionamento: quais as estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde ao enfrentamento de problemas associados ao consumo de drogas na adolescência? A síntese do conhecimento, foi constituída por meio de categorias temáticas. Foram identificados 12 artigos nos idiomas português e inglês. Foram identificadas 03 categorias, sendo elas: Ações preventivas ao uso de drogas; Pesquisa, intervenção e tratamento, Políticas públicas de organização da rede de assistência. Concluí-se que as políticas devem ser realizadas conjuntamente e direcionadas às necessidades próprias dos adolescentes, incluindo ações preventivas.

Palavras-chave: saúde do adolescente, políticas públicas, transtornos relacionados ao uso de substâncias.

ABSTRACT

We aim to summarize the knowledge about the shared strategies by health and social assistance in coping with problems associated with it. This is an integrative literature review, which begins with the question: what are the strategies shared by social assistance and health in dealing with problems associated with drug use in adolescence?. The synthesis of knowledge was constituted through thematic categories. 12 papers were identified in Portuguese and English. The following were identified: 03 categories, namely: Preventive actions against drug use; Research, intervention and treatment, Public policies for organizing the care network. It is concluded that the policies must be carried out jointly and directed to the adolescents' own needs, including preventive actions.

Keywords: adolescent health, public policies, substance-related disorders.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas continuam sendo um grande problema de saúde pública, repercutindo de maneira significativa na sociedade em que vivemos. Quando se trata do uso de drogas, adolescentes recebem também destaque, pois nas últimas décadas, a experimentação de drogas e álcool tem sido cada vez mais precoce, denotando-se que 65,2% já consumiram álcool em algum momento (BESSA, 2011). A fase da experimentação das drogas ocorre, normalmente, entre os 10 e 12 anos, e, apesar de muitas

vezes ocorrer apenas de maneira experimental, podem-se notar padrões de comportamentos que são observados na vida adulta (VALENÇA, 2013).

Dentre as características da adolescência, estão ainda as transformações no SNC, as quais contribuem para o amadurecimento e preparação para as novas atividades da vida adulta, essas transformações tornam o consumo de drogas mais prejudiciais em crianças e adolescentes (BESSA, 2011), apontando para o cuidado preventivo com este grupo.

A rede de atendimentos no Brasil tem preconizado a terapêutica, porém pouco se tem feito de forma conjunta entre as políticas de assistência social e políticas de saúde (BRASIL, 2015; TREVISAN, 2019).

Atualmente no Brasil a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) é regulada pelo Decreto **9.761, 2019** e agenciada pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2019). O Decreto ressalta os prejuízos biológicos, sociais, econômicos e previdenciários relacionados ao consumo de substâncias psicoativas (SPA), bem como os custos de tratamento para dependência química e de comorbidades relacionadas, para o setor de saúde, garantida pelo SUS, destacando a relevância de intervenções preventivas sobre o público adolescente, considerando a adolescência o marco para experimentações que se sucedem na vida adulta.

De acordo com a PNAD, o objetivo é nuclear a abstinência ou abstenção total ao consumo de SPA e direciona: a) ações de redução da demanda, incluídas as ações de prevenção, promoção à saúde, cuidado, tratamento, acolhimento, apoio, mútua ajuda e reinserção social; b) ações de gestão da política, incluídas as ações de estudo, pesquisa, avaliação, formação e capacitação; c) ações de redução da oferta, incluídas as ações de segurança pública, defesa, inteligência, regulação de substâncias precursoras, de substâncias controladas e de drogas lícitas, repressão da produção não autorizada, de combate ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro e crimes conexos, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem ou sejam resultados dessas atividades criminosas (BRASIL, 2019).

Ainda nesta conjuntura, o decreto destaca a promoção e fomento dos fatores de proteção ao uso, que reconhece sendo o vínculo familiar, a espiritualidade, os esportes, a necessidade de desenvolvimento de habilidades para a vida e a conscientização do indivíduo e da sociedade. Informa que a assistência, a prevenção, o cuidado, o tratamento, o acolhimento, o apoio, a mútua ajuda e a reinserção social precisam alcançar populações vulneráveis, reconhecendo necessidade de novas formas de abordagem e cuidados e o uso de tecnologias, ferramentas, serviços e ações digitais inovadoras, com destaque para a necessidade de capacitação e

formação da rede relacionada à PNAD. Enfatizando que o adolescente e o jovem precisam ter amplo acesso a informações e materiais que visem promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental, o que é especialmente relevante para o recorte do presente estudo, já que a política reconhece que na prevenção dos problemas relacionados ao consumo de SPA pelo público adolescente está, centralmente, a promoção de sua saúde, de sua qualidade de vida e de seu engajamento sociocultural (BRASIL, 2020; BRASIL, 2019)

Neste sentido, a PNAD pretende garantir o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação das políticas de educação, assistência social, saúde, trabalho, esportes, habitação, cultura, trânsito e segurança pública no campo da prevenção do consumo e do manejo psicossocial de pessoas que consomem nocivamente SPA, indicando a relevância dos conhecimentos produzidos pela comunidade científica e buscando garantir o caráter intersistêmico, intersetorial, interdisciplinar e transversal do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), por meio de sua articulação com outros sistemas de políticas públicas, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2019).

A saúde coletiva como campo de saberes e práticas assume a possibilidade em concretizar ações articuladas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, e, desse modo, toma como objeto não apenas o indivíduo, mas principalmente os grupos sociais, a coletividade (SOUZA, 2014).

Para isso, o grande desafio posto à sua concretização são as possíveis interlocuções junto aos diferentes setores ou áreas de atuação das políticas públicas, resultando para os casos complexos de uso e abuso de substância psicoativa (SPA) por adolescentes a necessidade em se desenvolver um plano intersetorial (segurança pública, educação, saúde, trabalho, dentre outros), ou até mesmo, transetorial, em busca de abarcar todos os aspectos relacionados aos casos (HENRIQUES, 2016).

Na organização das Redes de Atenção à Saúde, estruturada na conjuntura do SUS, a Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), que é considerada uma das ações prioritárias no contexto do SUS, tendo como foco a prevenção, promoção e terapêutica às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e ainda com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas (BRASIL, 2011), é composta pela Atenção Básica, Centros de Atenção Psicossocial, incluindo serviços específicos para a infância e problemas relacionados ao álcool e outras drogas, Serviços de Residência Terapêutica, Rede hospitalar e Unidades de Pronto Atendimento.

No contexto assistencial da RAPS o ponto-chave para a articulação do cuidado em rede e para a verificação dos resultados das estratégias aplicadas é a formulação do Projeto

Terapêutico Singular dos pacientes, que consiste em um conjunto de propostas terapêuticas desenvolvidas e pactuadas entre uma equipe multidisciplinar, o paciente e as pessoas a ele significativas, constituindo-se uma ferramenta de fundamental importância na resolubilidade de casos complexos (BRASIL, 2007). É fundamental a incorporação do debate sobre a política de prevenção ao consumo de drogas no âmbito do SUS (GOMES-MEDEIROS, 2019). Na Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a atenção especializada ocorre prioritariamente nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), além de unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, mulheres, população de rua, dentre outros. Partindo-se do cenário descrito em termos de SUS e SUAS e sua inscrição na PNAD enquanto mecanismos de proteção de adolescentes em relação à exposição precoce e consequências do consumo de SPA, esta revisão encontrou escassa literatura sobre o desenvolvimento de estratégias compartilhadas entre saúde e assistência social, sobretudo de origem nacional.

Compreende-se que a publicização destas estratégias em veículos científicos esteja, em muito, aquém das desenvolvidas na realidade dos serviços e da comunidade, indicando a responsabilidade das universidades em fomentar estes registros que podem inspirar diferentes contextos de atuação e, sobretudo, estruturar sistemas de avaliação dos resultados destas práticas, ainda intuitivas e carentes de evidências científicas que as legitimem ou reorientem. Assim, surgiu a pergunta de pesquisa: quais as estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde ao enfrentamento de problemas associados ao consumo de drogas na adolescência?

Em ambos Sistemas – Social e Saúde, nota-se a orientação de que as ações voltadas à proteção e promoção da saúde dos adolescentes e de seus familiares devem ocorrer de forma descentralizada, participativa e com primazia na responsabilidade do Estado em sua condução. Estas ações deverão ser planejadas com a finalidade de orientar, estimular e subsidiar a construção de suas próprias histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, tem-se por objetivo sistematizar o conhecimento produzido acerca das estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde no enfrentamento de problemas associados ao consumo de drogas na adolescência.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para evidenciar o conhecimento atual sobre a temática, foi realizada uma revisão integrativa partindo da identificação, com posterior análise, síntese e escrita dos resultados. A sistemática adotada seguiu critérios de inclusão, exclusão, avaliação, interpretação e

apresentação dos achados de acordo com as denominações descritas por Mendes e Galvão (2008).

A revisão integrativa foi realizada por meio de seis etapas. Na primeira etapa, identificou-se o tema e a questão da pesquisa, por meio da formulação da pergunta orientada pela estratégia PICO, que abrange quatro componentes: *Population/Patient/Problem* (população/paciente/problema: adolescentes em situação de consumo de substâncias psicoativas); *Intervention* (intervenção: políticas públicas da assistência social e da saúde); *Comparison* (comparação: estratégias de enfrentamento das políticas públicas da assistência social e da saúde no manejo psicossocial de adolescentes em situação de consumo de substâncias psicoativas); *Outcome* (resultado: ações convergentes entre as áreas da assistência social e da saúde, ao enfrentamento de problemas associados ao consumo nessa faixa etária. Ficando assim definida a seguinte questão norteadora: quais as estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde ao enfrentamento de problemas associados ao consumo de drogas na adolescência?

Para a segunda etapa foram estabelecidos os critérios para inclusão e exclusão de estudos, como também o início da seleção amostral dos artigos. A busca dos artigos ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2020, utilizando as bases de dados: *Public Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (PubMed); *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Como delineamento de busca foram utilizados como chave os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e o *Medical Subject Headings* (MeSH), por meio das seguintes combinações: combinação 01: Adolescente (Adolescent); AND Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (Substance-Related Disorders); combinação 2: Adolescente (Adolescent); AND Atenção Integral à Saúde do Adolescente (Comprehensive Health Care) AND Política pública (Public Policy); e combinação 3: Adolescente (Adolescent); AND Defesa da Criança e do Adolescente (Child Advocacy); combinação 4: Adolescente (Adolescent); AND Redução do Dano (Harm Reduction). Para a base de dados PubMed foram utilizadas as seguintes combinações: 1- Adolescente (Adolescent) AND Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (Substance-Related Disorders); 2- Adolescente (Adolescent) AND Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (Substance-Related Disorders) AND Defesa da Criança e do Adolescente (Child Advocacy); 3 - Adolescente (Adolescent) AND Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (Substance-Related Disorders) AND AND Redução do Dano (Harm Reduction).

Estabeleceu-se que somente seriam incluídos artigos publicados entre 2010 e 2020, disponíveis gratuitamente e na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, e, que respondiam à questão norteadora deste estudo. Como critério de exclusão, foram retirados estudos repetidos nas diferentes bases de dados e àqueles que não atendiam a temática. Ao término de cada pesquisa nas bases de dados, os resultados encontrados foram armazenados em uma planilha eletrônica, sendo listados pelo título.

Após a realização de todas as combinações foram encontrados 12.127, sendo excluídos 421 que não estavam disponíveis na íntegra e/ou gratuitamente, e, demais 163 que não correspondiam a pesquisas originais, como revisões, editoriais, dentre outros. Sequencialmente, foi realizada uma leitura flutuante dos resumos dos artigos, sendo excluídos 9.779 por não se enquadrar à temática central do estudo, ou por estarem duplicados na mesma base ou em mais de uma base de dados. Nessa etapa foram selecionados 95 artigos, os quais foram lidos na íntegra. Nesse momento foram excluídas 07 publicações por não tratarem-se de pesquisas originais. Sendo assim, foram elegíveis para a revisão integrativa, 12 artigos, os quais apresentaram-se de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

No desenvolvimento da terceira fase, foi realizada a extração dos dados dos artigos que compõem o corpus da revisão ($n= 12$), sendo empregado um instrumento validado para estudo de revisão integrativa, contendo as variáveis: dados de identificação do artigo; tipo de revista científica; características metodológicas do estudo; e avaliação do rigor metodológico (MENDES; GALVÃO, 2008). Para cada artigo foram coletadas as seguintes informações: título do artigo, título do periódico, autores, idioma, base de dados na qual encontra-se disponível, ano de publicação, características metodológicas, objetivo, particularidades da amostra e resultados.

Na etapa seguinte (4^a momento) foram extraídas explicações sobre os resultados dos diferentes estudos buscando explorar e descrever os achados. Com o intuito de desvelar as estratégias compartilhadas pela assistência social e a saúde, foram feitos os seguintes apontamentos: qual é o problema da pesquisa? A questão central do estudo foi respondida? Os objetivos do estudo foram atingidos?

Em continuidade, foi realizada a avaliação e interpretação dos resultados por meio de leitura e análise minuciosa dos estudos, resultando na inclusão das principais contribuições para a revisão integrativa. Com isso emergiram as categorias temáticas da revisão, segundo as ideias centrais dos estudos, possibilitando realizar a síntese do conhecimento.

3 RESULTADOS

A partir dos processos metodológicos foram identificados 12 artigos, os quais compuseram a presente revisão. O idioma predominante foi o inglês, com 66,6% (n=08), prevalecendo publicações no período de 2016 a 2020, que corresponderam a 50% (n=06) do total. Quanto às bases de origem, foram indexados artigos do Medline 66,6% (n=08) e LILACS 33,4% (n=4). Quanto ao periódico de publicação dos estudos, 41,6% (n=05) foram revistas na área de psicologia/psiquiatria. Quanto à localidade dos periódicos, somente 16,5% (n=02) eram brasileiros.

A partir dos passos realizados para a revisão integrativa, surgiram 03 categorias temáticas: Ações preventivas ao uso de drogas (02 artigos); Pesquisa, intervenção e tratamento (06 artigos), Políticas públicas de organização da rede de assistência (02 artigos). As ações convergentes entre a assistência social e a saúde encontram-se identificadas no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias identificadas na revisão integrativa e a convergência de estratégias de políticas de assistência social e saúde.

<i>Autores/ Ano</i>	<i>Estratégias de Enfrentamento Categoria: Ações preventivas ao uso drogas</i>
Pereira APD, Sanchez ZM, 2018	O estudo investigou a prevalência de fatores associados à implementação de programas de prevenção ao uso de drogas em escolas públicas e privadas de ensino médio. Observou-se que a adoção de práticas preventivas do uso de drogas nas escolas pode ser ampliada por meio da formação especializada de gestores e professores, da expansão das Escolas em Programa de Saúde.
Sena ELS, Santos VTC, Subrinho LQ <i>et al</i> , 2018	Buscou-se compreender como o cuidado relacionado ao consumo de drogas é percebido pelos familiares de estudantes do ensino médio, de escola pública, no interior da Bahia, por meio de entrevista fenomenológica. Os resultados apontam para a importância de fortalecer as políticas públicas com ações intersetoriais voltadas para cuidado mais efetivo no contexto do uso de drogas. Revelando a necessidade da família e da escola participarem no cuidado continuado do consumo de drogas entre os adolescentes, com vista à construção coletiva de projetos de vida mais saudáveis e de redução de danos.
<i>Autores/ Ano</i>	<i>Estratégias de Enfrentamento Categoria: Pesquisa, intervenção e tratamento</i>
Chang CC, Liao JY, Huang CM <i>et al</i> , 2018	Programa de intervenção envolvendo 10 escolas, divididas entre grupo de intervenção e grupo de comparação. Os resultados do gerenciamento de estresse, habilidades de recusa, prós e contras, autoeficácia de resistência ao uso de drogas foram medidos por meio de questionários estruturados realizados três vezes: no início do estudo, após as principais sessões de intervenção e após as sessões de reforço. Verificou-se interação entre grupo e tempo, com diferenças semelhantes entre os grupos em relação ao gerenciamento do estresse, habilidades de recusa, prós o uso de drogas e autoeficácia de resistência ao uso de drogas, do que o grupo de comparação. Identificado que o grupo intervenção apresentou melhor gerenciamento de estresse e de recusa de drogas.

<p>Wisdom JP, Gogel LP. 2010</p>	<p>Na análise de avaliação das respostas de adolescentes em tratamento para abuso de substâncias, dos pais e da equipe em relação ao sucesso do tratamento. As entrevistas permitiram investigar as várias categorias relacionadas ao término do tratamento e permitiu que os participantes apresentassem suas opiniões em suas próprias palavras. Os participantes relataram saber quando o tratamento não era mais necessário com base nas mudanças em relação ao consumo, no comportamento associado ao tratamento e nas atitudes e caráter. Observou-se certa ambiguidade dos entrevistados quanto à conclusão bem-sucedida do tratamento. Houve pouca concordância entre adolescentes, pais e equipes para indicar critérios que sugerem a alta apropriada. Para que o tratamento do adolescente em uso abusivo de substâncias seja mais eficaz, é importante que todos os envolvidos, incluindo a família, estejam cientes dos objetivos a atingir com a recuperação.</p>
<p>Fang L, Schinke SP, Cole KC, 2010</p>	<p>O estudo sobre a prevenção do uso de substâncias entre adolescentes asiático-americanas do programa para mães e filhas baseado na web, em 9 sessões, guiado pela teoria da interação familiar. Analisou as adolescentes do grupo controle e intervenção. Os resultados em relação ao grupo controle, as meninas do grupo intervenção apresentaram menos humor deprimido, melhora da autoeficácia e habilidades de recusa, níveis mais elevados de proximidade, comunicação mãe-filha e monitoramento materno, com mais regras familiares contra o uso de substâncias, além de menos casos de uso de álcool, maconha e outras drogas ilícitas. Também expressaram menor intenção de usar substâncias no futuro.</p>
<p>Connery HS, Albright BB, Rodolico JM, 2014^[1]</p>	<p>Recomenda-se o uso do CRAFFT¹ em todos os estabelecimentos de saúde que tratam de pacientes adolescentes, incluindo também a triagem para o uso de tabaco, juntamente com o fornecimento de intervenções para cessar o fumo. A entrevista motivacional foi apontada como um recurso para envolver os adolescentes em discussões relacionadas à redução do uso de substâncias, comportamento sexual de risco e probabilidade de gravidez não planejada ou gravidez de detecção tardia. Além disso, as intervenções devem contemplar o fortalecimento de autonomia e autocuidado.</p>
<p>Chi FW, Sterling S, Campbell CI <i>et al</i>, 2013</p>	<p>A pesquisa teve como base a Terapia dos 12 passos, a qual acompanhou adolescentes com problemas associados ao uso de drogas ao longo de 07 anos, sem um grupo com comorbidades psiquiátricas e outro não. Embora o nível de participação tenha diminuído ao longo do tempo, o grupo com comorbidades psiquiátricas apresentou maior participação comparado aos demais. O estudo apontou que as participações nas 12 etapas de intervenção sugeridas estavam associadas à abstinência de álcool e drogas nos acompanhamentos, aumentando a probabilidade de ambos em pelo menos três vezes. Os resultados destacam os benefícios potenciais da participação em doze etapas na manutenção da recuperação de longo prazo para adolescentes com e sem transtornos psiquiátricos.</p>
<p>Godley MD, Godley SH, Dennis ML <i>et al</i>, 2014</p>	<p>O estudo foi desenvolvido em adolescentes que tiveram internação por transtornos relacionados ao uso de drogas, e os mesmos foram acompanhados por 04 anos. As intervenções foram divididas em: Gerenciamento de Contingência (GC), Cuidado Contínuo Assertivo (CCA) e a combinação de ambos. O estudo aponta que GC e CCA resultaram em significativamente mais dias de abstinência do uso de álcool e drogas ilícitas, menores gastos com tratamento do que o cuidado contínuo usual em um período de 12 meses. Em ambas as condições tinham maior probabilidade de estar em remissão após 12 meses. Além disso, GC e CCA resultaram em significativamente menos dias gastos em tratamento residencial, e hospitais durante o período de 12 meses.</p>
<p>Autores/ Ano</p>	<p><i>Estratégias de Enfrentamento</i> <i>Categoria: Políticas públicas de organização da rede de atenção integral</i></p>

¹ O instrumento CRAFFT (acrônimo de Car; Relax; Alone; Forget; Family/Friends; Trouble) tem sido internacionalmente recomendado para rastreamento de uso de SPA nessa população. Este instrumento já foi traduzido para diversos países e tem sido considerado de fácil aplicação e boa capacidade psicométrica (PEREIRA; SCHRAM; AZEVEDO, 2016).

<p>Krist AH, Davidson KW, Mangione CM <i>et al</i>, 2020</p>	<p>O objetivo foi avaliar as evidências sobre intervenções baseadas na atenção primária para prevenir o início do uso de drogas ilícitas, aplicadas a crianças, adolescentes e adultos jovens, incluindo grávidas. As intervenções apontadas incluem desde aconselhamento face a face e/ou em grupo, materiais impressos, dispositivos interativos baseados em computador para uso do paciente e treinamento clínico. A prevenção do uso de substâncias que podem ser desenvolvidas no Atendimento Terapêutico (AT) como: rastreamento e aconselhamento comportamental para prevenir e reduzir o início do uso não saudável de álcool e tabaco entre escolares; intervenções de educação para a cessação do uso drogas ilícitas entre os menores de 18 anos. Nota-se que os benefícios das intervenções baseadas no AT para prevenir o uso de drogas ilícitas em crianças, adolescentes e adultos jovens são incertos e que as evidências são insuficientes para avaliar o equilíbrio entre benefícios e danos.</p>
<p>Passos ICF, Reinaldo MAS, Barboza, MAG <i>et al</i>, 2016</p>	<p>O diagnóstico situacional da rede de cuidados de um município brasileiro foi utilizado para contribuir com o desenvolvimento do trabalho em rede intersetorial e interdisciplinar. A Formação Cruzada apresentou-se como uma ferramenta estratégica no compartilhamento de informações sobre o cuidado da criança e do adolescente na rede de atenção. O CERSAMi e o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) apresentavam um bom diálogo e compreensão dos papéis mútuos no atendimento compartilhado. O atendimento compartilhado era pouco realizado com os demais serviços da rede, e o matriciamento estava se fortalecendo. Alguns desdobramentos devem ser considerados quando se trata de consumo de drogas entre adolescentes, sendo eles a violência, além disso, em relação à política atual para crianças e adolescentes, existem vazios de diferentes ordens. Serviços desarticulados, profissionais carentes de formação, viés ideológico no entendimento da dinâmica do uso e abuso de substâncias e do seu tratamento, legislação, falta de espaços específicos e articulados .</p>
<p>Lemos FCS, Galindo DCG, Brito Neto JA <i>et al</i>, 2016</p>	<p>Documentos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), referentes ao tema adolescentes e drogas foram analisados por meio de ferramentas teóricas e metodológicas da História Cultural e da Psicologia Social e Institucional. Os relatórios específicos sobre a situação da questão de drogas na adolescência foram analisados em seus efeitos e delineamentos, na garantia de direitos. Foi possível destacar que o UNICEF oscila suas práticas quanto à possibilidade de uso de drogas por adolescentes da esfera de um cuidado baseado em princípios de direitos e de demandas dos movimentos sociais antimanicômias e, simultaneamente, afirma em paradoxo a lógica do proibicionismo e guerra às drogas, em uma direção de punição.</p>
<p>Areco NM, Matias CA, Silva RC <i>et al</i>, 2011</p>	<p>Buscou-se caracterizar como os serviços de saúde mental e drogadição de um município do estado de São Paulo e compreender a demanda dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com enfoque qualitativo de abordagem compreensiva interpretativa. Participaram da pesquisa duas instituições governamentais e três não governamentais. Quanto aos atendimentos, quatro instituições voltaram-se à assistência global para a recuperação da dependência de substâncias e atenção à saúde mental, seja por internação, semi-internação e/ou apoio ambulatorial. Uma instituição atuou com estratégias de troca de experiências e apoio mútuo entre participantes e/ou familiares visando à recuperação do público alcoolista. Foram identificadas fragmentações entre as ações públicas, havendo sobreposição de serviços e ausência, além do distanciamento das necessidades dos adolescentes, o que impossibilita que essas ações ofereçam elementos para que esse público mantenha uma relação positiva frente aos elementos vulnerabilizantes.</p>

4 DISCUSSÃO

Foram identificados estudos envolvendo diferentes abordagens ao enfrentamento dos problemas associados ao consumo de drogas na adolescência em uma perspectiva de organização do cuidado e serviços de saúde, como também, da assistência social. A escassez de estudos envolvendo conjuntamente a temática denota a importância em ser considerada a

produção de conhecimento sobre a complexidade do tema, o qual envolve diferentes setores na sociedade.

Na categoria **Ações Preventivas e o Uso de drogas**, um estudo brasileiro, de dimensão nacional, relata que 1.136 dirigentes escolares, diretores e coordenadores pedagógicos do ensino médio em área urbana responderam a um questionário online sobre a implantação de programas de prevenção ao consumo de drogas, os autores concluíram que metade das instituições pesquisadas investem neste tipo de programa e que escolas públicas tem maior chance de desenvolver esse tipo de intervenção, tendo-se como fatores associados a existência de biblioteca, desenvolvimento de atividades voltadas para a sexualidade, desenvolvimento de atividades do Programa Saúde na Escola (PSE), oferta de atividades extracurriculares e ter um administrador que participou de cursos de capacitação sobre drogas (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018; PEREIRA; SANCHEZ, 2018).

Segundo o Ministério da Saúde, o PSE é uma iniciativa que busca o fortalecimento de ações articuladas entre as escolas públicas e a Estratégia Saúde da Família (ESF), com a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação para crianças, adolescentes e jovens. O programa constitui-se de cinco elementos básicos: avaliação das condições de saúde nas escolas públicas; promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde; educação continuada com a capacitação dos profissionais da educação e da saúde; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; acompanhamento e avaliação do programa. Considerando que a relação entre escola e unidade de saúde contribuí para a formação dos estudantes a partir das ações de promoção, prevenção e a atenção à saúde, afim de atuar no enfrentamento da vulnerabilidade que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede de ensino (BRASIL, 2011).

De acordo com os princípios e diretrizes do PSE, o direcionamento para ações integrais à saúde e educação devem contar com ampliação intersetorial dos sistemas voltadas para as crianças e adolescentes. Integrando a articulação de saberes entre educandos, pais, escola e sociedade em geral, bem como otimizar a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis. Assim, produzir a socialização do conhecimento, a participação social, o empoderamento, a equidade e a intersetorialidade (BRASIL, 2011, LOPES; NOGUEIRA, ROCHA, 2018).

O estudo incluído na presente revisão problematiza a prevalência de consumo de SPA em escolares de instituições privadas, justamente nas quais se evidenciou menores investimentos em programas de prevenção de consumo, bem como as desigualdades sociais relacionadas à escassez destes programas no nordeste brasileiro, e ainda destaca o PSE, restrito

a escolas públicas, que objetiva, entre outros, prevenir e reduzir o uso de álcool, drogas, tabaco entre adolescentes, sinalizando no estudo a falta de divulgação de seus resultados.

Além disso, outros aspectos estão envolvidos, como desconhecimento da diretriz interministerial, pelos professores e gestores (da saúde e educação) que se distanciam das ações do PSE, com a desarticulação dos setores, atividades excedentes de professores e profissionais da saúde, condições de trabalho e contratos temporários, as quais, por sua vez influenciam diretamente no planejamento e efetivação das ações do programa (BRASIL et al, 2017).

A atuação do PSE, bem como seus resultados, indica que os programas não restringem sua abordagem a informações sobre as consequências do uso de SPA, mas se ampliam para temáticas de interesse do estudante, como é o caso da saúde sexual, e para o acesso a informação geral, de acordo com o previsto no PSE (PEREIRA; SANCHEZ, 2018).

Embora as ações do referido PSE ocorram em uma perspectiva de território de abrangência, delimitado pela área de atuação de uma Equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF), o estudo de Pereira e Sanchez (2018) não aponta interlocução direta à atuação da assistência social. No entanto, reconhecendo o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no território, e considerando que o mesmo possa atuar de maneira partilhada ao PSE – saúde e educação, o mesmo foi incluído na revisão realizada.

Ainda a respeito de ações preventivas SENA et al. (2018) capturaram a percepção de 14 familiares de escolares sobre a o cuidado relacionado ao consumo de SPA por adolescente. A percepção dos familiares é colocada em questão pelo estudo como objetivista, pautada nos discursos do campo da saúde e derivadas de uma construção socioantropológica que situa a SPA como coisa em si capaz de causar dano, destrutiva.

Nesta direção, os familiares são apontados como importantes na interlocução entre famílias e escolas para que se tornem estes espaços mais atrativos e dialógicos, de acolhimento e de construção coletiva de projetos de vida mais saudáveis e reconheceram a redução de danos como estratégia possível e desejável para o desenvolvimento do adolescente que está exposto ao universo da SPA (SENA et al, 2018). Além de serem fundamentais para a eficácia do tratamento do adolescente em uso abusivo de substâncias, para que estes estejam cientes dos objetivos a atingir com a recuperação (WISDOM; GOGEL, 2010).

É possível considerar que parece existir certa dificuldade entre pais e professores em dialogar honestamente com os adolescentes sobre o tema, da mesma forma que, as intervenções muitas vezes são fundamentadas no medo e na abstinência. Assim, não apresentam resultados efetivos na prevenção ao uso precoce e nem mesmo no consumo abusivo dessas substâncias. As intervenções educativas deveriam considerar os adolescente e jovens como capazes de terem

a possibilidades de escolhas, por meio de condutas reflexivas que visem o apoio necessário para minimizar as suas situações de vulnerabilidades através de um espaço de diálogo e escuta, intermediado pelo professor (PADRÃO et al, 2021).

A aproximação dos familiares junto à temática, fornecendo importante contribuição para que a saúde e a educação tenham um ponto de partida sociocultural para elaborar estratégias preventivas e de enfrentamento do consumo de SPA sob a perspectiva ampliada da construção de projetos de vida/ familiares que integrem os adolescentes a outros interesses, para além do consumo de SPA (CERUTTI; RAMOS; ARGIMON, 2015; VÁZQUEZ; OVIEDO; OLALDE, 2018).

Moreira, Vóvio e Michelil (2015) discorreram acerca do papel da educação e dos professores ligadas as possibilidades de atuação com adolescente usuário de drogas, referenciam sobre a importância da participação democrática como fator protetivo, a formação de vínculo professor-aluno e o envolvimento social da comunidade e da família. Essas estratégias devem ser fortalecidas com a conscientização para prevenção e a promoção da saúde, junto aos adolescentes e jovens, com o propósito de desenvolver a capacidade de enfrentar as reais necessidades por eles manifestada frente as adversidades da vida cotidiana.

Na categoria **Pesquisa, intervenção e tratamento** um estudo, randomizado, conduzido com estudantes do ensino médio de 10 escolas taiwanesas, que se encontravam em experimentação de substâncias ilícitas, *foram submetidos a um programa do tipo e-learning, desenvolvido em 14 sessões*, que corresponde a uma Intervenção Breve, junto a um conselheiro escolar, após o conteúdo convencional de aula, e a escalas psicométricas que mensuraram gerenciamento de estresse, habilidades de recusa, prós do uso de drogas, contras do uso de drogas e autoeficácia de resistência ao uso de drogas (CHANG et al, 2018).

Neste programa o conselheiro escolar dialogou com os estudantes sobre a ambivalência dos mesmos em relação a seu consumo, trazendo para os diálogos a percepção dos estudantes sobre barreiras e facilitadores para o uso e oportunizando uma definição singular de estratégias para cessação do consumo, operável na realidade de cada participante e apoiada pelo conselheiro. Para além da sala de aula foi fomentada a partilha de mensagens de textos motivadoras para o comportamento de ruptura com a SPA. *E-learning* tem sido apontado pela literatura como uma estratégia de possível atuação e aproximação à linguagem de jovens, utilizando as várias dimensões da intervenção socioeducativa, para a promoção de aprendizagens através da participação ativa (LEMOS, 2021). Nessa perspectiva também poderiam ser citadas a inclusão de entrevista motivacional, e a aplicação do instrumento CRAFFT, como recurso identificação precoce, como também envolver adolescentes em

discussões relacionadas à redução do uso de SPA (CONNERY; ALBRIGHT; RODOLICO, 2014; PEREIRA; SCHRAM; AZEVEDO, 2016).

O tratamento na modalidade internação foi apontado pelos estudos da categoria **Pesquisa, intervenção e tratamento**, os quais trouxeram uma possibilidade de abordagem conjunta de profissionais da área da saúde e da assistência social (CHI et al, 2013; GODLEY et al, 2014).

Outra característica relevante encontrada na presente revisão foi a presença de uma investigação específica realizada com um grupo de adolescentes grávidas, apontando a entrevista motivacional como um recurso para o fortalecimento de autonomia e autocuidado, envolvendo de forma interdisciplinar à atenção aos jovens que vivenciam esta problemática.

Ainda na categoria **Pesquisa, intervenção e tratamento**, um ensaio clínico desenvolvido por uma universidade norte americana e financiada pelo *National Institute on Drug Abuse*, que submeteu adolescentes femininas asiático americanas e suas mães, enquanto unidade, a um programa de prevenção do uso de SPA baseado na web, em 9 sessões, com periodicidade semanal, incluindo narração em *off*, gráficos animados e jogos sobre habilidades e exercícios interativos, concluiu que o grupo submetido à intervenção apresentou menor índice de consumo, menos humor deprimido, melhora da autoeficácia e habilidades de recusa, maior proximidade mãe-filha, melhora na qualidade da comunicação mãe-filha baseada em empatia materna e maior monitoramento materno, com aprimoramento das regras familiares contra o uso de substâncias (FANG; SCHINKE; COLE, 2010).

Os resultados relevantes apostam no suporte e vínculo materno para prevenir e modular o consumo de SPA entre as adolescentes do grupo, que tem uma peculiaridade étnica que incide sobre o aumento do consumo de SPA, segundo aponta o estudo em sua justificativa (OLIVEIRA; BITTENCOURT; CARMO, 2008). Em relação ao comportamento materno, um estudo transversal realizado com adolescentes (14 a 19 anos) do Serviço Nacional de Orientações e Informações sobre a prevenção do uso indevido de droga, verificou a associação entre uso de drogas e estilos parentais percebidos pelos adolescentes. Os resultados apontam que os filhos que avaliaram suas mães como não autoritárias (negligente, indulgente ou autoritária) apresentam maior chance de usar drogas (BENCHAYA et al, 2011). Para Oliveira et al. (2020) a monitoria positiva com condutas de orientação, monitoramento e afeto podem ser consideradas como fatores de proteção. As relações de vínculo afetivo estável entre mãe e filho é um fator de proteção que reduz a incidência do uso de drogas na adolescência.

No estudo de Brandão et al. (2018), foram constatados que o início do uso de drogas ocorreu entre a infância e adolescência, sofreu influências de pessoas da convivência (amigos

ou familiares) e da relação de fragilidade e/ou ambivalência com os pais. Neste contexto, outros aspectos devem ser levados em consideração como, a capacidade de controle dos filhos, a demonstração de cuidado e o estilo de vida dos pais, os quais, também podem possibilitar o risco ou a proteção para uso de substâncias (CERUTTI; RAMOS; ARGIMON, 2015). Os familiares trazem um importante elemento que se traduz a realidade singular do adolescente, em fator de risco (no caso, a escassez de suporte e convivência familiar) ou de proteção (a existência desta relação de apoio) (CHANG et al; 2018, CERUTTI; RAMOS; ARGIMON, 2015, FANG; SCHINKE; COLE, 2010).

Não foram encontrados outros estudos que investigassem a estratégia *online* de educação e aprimoramento da autoeficácia para evitar o consumo de SPA, utilizada pelo estudo de Fang, Schinke e Cole (2011), que mostrou resultados expressivos para as participantes.

Na literatura, encontrado resultados isolados frente à aplicação de recursos diversificado de prevenção, o que relativiza interpretações sobre quais são estratégias ou intervenções factíveis e eficazes para os adolescentes usuário de substâncias. Desta forma, verifica-se a necessidade de explorar e sustentar práticas mais eficazes de prevenção e de controle do uso de SPA, visto que é preciso desenvolver a conscientização para a prevenção precoce da exposição. Atuar com iniciativas de investigação científica e educativa, incluindo programas intersetoriais que norteiem escolas e serviços no manejo ampliado de adolescentes que foram expostos às SPA (SALLES et al, 2016).

Ainda que a prevalência global de consumo de SPA seja superior no sexo masculino, com exceção dos medicamentos tranquilizantes não prescritos, o estudo de Fang, Schinke e Cole (2010) se debruça sobre o fenômeno no sexo feminino, chamando a atenção para um público que, no ocidente, já vem se equiparando ao masculino, em termos quantitativos de uso de álcool e outras drogas, como é o caso dos norteamericanos, (FANG; SCHINKE; COLE, 2010; CONNERY; ALBRIGHT; RODOLICO, 2014, em que o consumo entre as adolescentes de 12 a 17 anos já supera o dos meninos da mesma idade (UNODC, 2021).

A categoria **Políticas públicas de organização da rede de atenção integral** dispõe de reflexes sobre possibilidades articuladas entre a assistência social e a saúde, apontando a Atenção Primária à Saúde como um eixo importante para a o desenvolvimento de ações longitudinais de prevenção e acompanhamento de adolescentes (*US Preventive Services Task Force*, 2020). Esta informação é importante visto que, na atualidade, os adolescentes e jovens representam a maior parcela de consumidores de SPA e o quantitativo do consumo entre este público tem aumentado exponencialmente na última década, sobretudo em países em desenvolvimento ou de baixa renda. Nota-se que os adolescentes entre 12 e 17 anos, são mais

expostos às SPA, especialmente ao consumo de *cannabis* (pelo menos 3% maior do que o consume anual da população geral), mesmo com evidências amplamente difundidas sobre os danos produzidos pelo consumo, tendem-se a banalizar ou ignorar os riscos relativos a este uso, principalmente aqueles relacionados ao desenvolvimento cognitivo e emocional (UNODC, 2021).

Ressalta-se que a discrepância social entre fatores de risco para o uso e fatores de proteção é o ponto nevrálgico entre o início e a continuidade do consumo de substâncias químicas em uma fase delicada do desenvolvimento psicobiológico e social. Também chamando a atenção para realidade insuficiente de recursos e iniciativas de escolas e serviços dispostos na comunidade, para o dirimido envolvimento dos pais no dia a dia dos filhos, para os apoios frágeis ou escassos e para o contexto de pobreza como moduladores do risco para consumo de álcool e outras drogas. Ainda da probabilidade de desemprego, a precarização da saúde e do estado mental, inclusive com exacerbação das tendências suicidas, das relações sociais disfuncionais e a baixa expectativa de vida ao consumo de SPA na adolescência, considerando assim, as fragmentações entre as ações públicas, além do distanciamento existente entre as necessidades dos adolescentes e a oferta de serviços voltados à esta problemática (ARECO et al, 2011; PASSOS et al, 2016).

O uso crônico de SPA prejudica o desempenho escolar e laboral e está associado a suspensão e expulsão escolar, e o início do consumo na adolescência indica pior prognóstico dos efeitos do consumo ao longo da vida, com consequências biológicas e sociais mais graves em relação aos sujeitos que iniciam o consumo na vida adulta (CHANG et al, 2018).

As habilidades para a vida, definidas pela OMS como um comportamento adaptativo que favorece o enfrentamento das demandas e desafios cotidianos, ajudam a lidar com as tentações para consumir SPA, aumentando a autoeficácia de resistência ao uso de drogas e às influências sociais (CHANG et al, 2018).

É imprescindível explorar evidências científicas sobre consumo de SPA na adolescência junto à população e aos setores de saúde, da assistência social e da educação, enquanto possibilidade de desenvolvimento de uma cultura social inclusiva e esclarecida sobre a função da SPA na vida das pessoas. É fato que uma cultura social inclusive, protetora de direitos de pessoas envolvidas com as SPA promove a desestigmatização e a desmarginalização, bem como abre acesso deste público à saúde, reduzindo barreiras a intervenções macroscópicas que integrem grupos específicos que são vulneráveis ao consumo, como é o caso dos adolescentes (UNODC, 2021; BRASIL, 2019).

Conforme relatado por Lemos et al (2016), ainda há de ser considerada a sociedade democrática neoliberal e o processo de redemocratização que vivenciamos, colocando assim como insipiente e abstrata a maneira como que a criação de programas de garantia de direitos, se materializam, colocando assim, como um tema a ser pautado urgentemente nas agendas públicas, tanto no Brasil como na América Latina.

Embora o Brasil possua políticas públicas voltadas à assistência social e também para a saúde, as pesquisas que compuseram a revisão desvelaram um assunto ainda não abordado no país, apontando também uma importante lacuna do conhecimento. Além disso, a literatura não apresentou, na revisão realizada, uma abordagem completa em que fossem incluídas as estratégias de prevenção, tratamento e/ou redução em um contexto integral. Essa lacuna pode ser um indicativo de necessidade de estudos voltados ao adolescente, incluindo perspectiva que englobe ações conjuntas e articuladas entre os diferentes níveis de atenção tanto na assistência social, quanto na saúde. Como limitação desta revisão integrativa, aponta-se a não realização da busca de estudos em outras bases de dados, resultando assim em possíveis perdas de localização de outras pesquisas.

Com isso conclui-se que políticas públicas devem ser realizadas conjuntamente pela assistência social e saúde, e; enfaticamente direcionadas às necessidades e realidades próprias dessa faixa etária, visto que, o adolecer apresenta-se como um momento único no ciclo vital, sendo importante considerar a incursão de ações preventivas ao uso de drogas. Visto este ser um tema complexo, a revisão apontou caminhos possíveis para uma abordagem a ser realizada nos diversos níveis de gestão, incluindo a assistência social e a saúde, rompendo obstáculos epistemológicos restritivos e centrados nos problemas orgânicos, valorizando conjuntamente, as dimensões sociais e subjetivas ao enfrentamento do uso de drogas e seus problemas associados na adolescência.

REFERÊNCIAS

ARECO, Nichollas Martins; MATIAS, Camila Alessandra; SILVA, Rosalina Carvalho da *et al.* Caracterização dos serviços que atendem adolescentes: interfaces entre saúde mental e drogadição. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 103-113, 2011.

BENCHAYA, Mariana C; BISCH, Nadia K; MOREIRA, Taís C. *et al.* Pais não autoritativos e o impacto no uso de drogas: a percepção dos filhos adolescentes. **Jornal de Pediatria**, v. 87, n. 3, p. 238-244, 2011.

BESSA, Marco Antonio; BOARATI, Miguel Angelo; SCIVOLETTO, Sandra. Crianças e Adolescentes. In: Diehl, Alessandra, CORDEIRO, Daniel Cruz, LARANJEIRA, Ronaldo *et al.* **Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRANDÃO, Dejanira Ap. Lacerda; SILVA, Luciana de Araujo Mendes; OLIVEIRA, Antônio Junior de *et al.* O convívio entre mães e filhos e a iniciação ao uso de drogas. **Revista de Psicologia**, v. 12, n. 40, p. 512-526, 2018.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a política nacional sobre drogas. **Diário Oficial da União**. 2019. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316>>. Acesso em: 23 nov 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos/Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidade decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. **11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020.

BRASIL, Eysler Gonçalves Maia; *et al.* Adolescent health promotion and the School Health Program: complexity in the articulation of health and education. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, p. 1-9, 2017.

CERUTTI, Fernanda; RAMOS, Sérgio de Paula; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. A implicação das atitudes parentais no uso de drogas na adolescência. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 18, n. 2, p. 173-181, 2015.

CHANG, Chiu-Ching; LIAO, Jung-Yu; HUANG, Chiu-Mieh *et al.* Evaluation of the effects of a designated program on illegal drug cessation among adolescents who experiment with drugs. **Substance Abuse Treatment Prevention and Policy**, v. 13, n. 1, p. 2-12, 2018.

CHI, Felicia W *et al.* 12-step participation and outcomes over 7 years among adolescent substance use patients with and without psychiatric comorbidity. **Substance Abuse Journal**, v. 34, n. 1, p. 33-42, 2013.

CONNERY, Hilary Smith; ALBRIGHT, Brittany B; RODOLICO, John M. Adolescent substance use and unplanned pregnancy: strategies for risk reduction. **Obstetrics and Gynecology Clinics of North America**, v. 41, n. 2, p. 191-203, 2014.

FANG, Lin; SCHINKE, Steven P; COLE, Kristin CA. Preventing substance use among early Asian-American adolescent girls: initial evaluation of a web-based, mother-daughter program. **Journal of Adolescent Health**, v. 47, n. 5, p. 529-532, 2010.

GODLEY, Mark D; *et al.* A randomized trial of assertive continuing care and contingency management for adolescents with substance use disorders. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v.82, n. 1, p. 40-51, 2014.

GOMES-MEDEIROS, Débora; FARIA, Pedro Henrique de; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessários. **Caderno de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, p. 1-14, 2019.

HENRIQUES, Bruno David; ROCHA, Regina Lunardi; REINALDO, Amanda Márcia dos Santos. Uso de crack e outras drogas entre crianças e adolescentes e seu impacto no ambiente familiar: uma revisão integrativa da literatura. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 1-10, 2016.

KRIST, Alex H; DAVIDSON, Karina W. MANGIONE, Carol M. *et al.* The US Preventive Services Task Force (USPSTF). Primary Care–Based Interventions to Prevent Illicit Drug Use in Children, Adolescents, and Young Adults. **Clinical Review & Education**, v. 323, n. 20, p. 2060-2066, 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; BRITO NETO, José Araújo de *et al.* Adolescentes e uso de drogas na visão do UNICEF. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 16, n. 1, p. 68-85, 2016.

LEMOS, Sara Alexandra Lima Araújo. **FORCISE: dispositivo de formação, em e-learning, para o desenvolvimento de competências socioeducativas**. Mestrado (Educação e Formação). Universidade dos Açores. Ponta Delgada, p. 151, 2021. Disponível em: <[www:http://hdl.handle.net/10400.3/6041](http://hdl.handle.net/10400.3/6041)>.

LOPES, Iraneide Etelvina; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé; ROCHA, Dais Gonçalves. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 118, p. 773-789, 2018.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MOREIRA, André; VÓVIO, Claudia Lemos, MICHELIL, Denise. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015.

OLIVEIRA, Aislan José de; SILVA, Luana Mayara Ferreira da; SANTOS, Midiely Corcino *et al.* A relação entre as práticas parentais e o consumo de substâncias psicoativas. **Revista Uniandrade**, v. 21, n. 3, p. 148-156, 2020.

OLIVEIRA, Elias Barbosa de; BITTENCOURT, Leilane Porto; CARMO, Aila Coelho do. A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno. SMAD. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 4, n. 2, p. 01-16, 2008.

PADRÃO, Maria Regina Araújo de Vasconcelos; TOMASINI, Ana Júlia; ROMERO, Maria Laura *et al.* Educação entre pares: protagonismo juvenil na abordagem preventiva de álcool e outras drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2759-2768, 2021.

PASSOS, Izabel Christina Friche; REINALDO, Amanda Márcia dos Santos; BARBOZA, Maria Aline Gomes *et al.* A rede de proteção e cuidado a crianças e adolescentes do município de Betim/MG e os desafios do enfrentamento ao uso abusivo de crack, álcool e outras drogas. **Pesquisas e Práticas psicossociais**, v. 11, n. 3, p. 583-601, 2016.

PEREIRA, Ana Paula Dias; SANCHEZ, Zila van der Meer. Drug use prevention: factors associated with program implementation in Brazilian urban schools. **BMC Public Health**, v.18, p. 334, 2018.

PEREIRA, Bruna Antunes de Aguiar Ximenes; *et al.* Avaliação da versão brasileira da escala CRAFFT/CESARE para uso de drogas por adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, n. 1, p. 91-99, 2016.

SALLES, Thamyris Alexandre, CHAVES, Erika de Cássia Lopes, MOREIRA, Denis da Silva *et al.* Estratégias de prevenção ou redução do consumo de drogas para adolescentes: revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 18: e1172, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/36796>.

SENA, Edite Lago da Silva; SANTOS, Vanessa Thamyris Carvalho dos; SUBRINHO, Lucas Queiroz *et al.* Family perception of adolescents about care in the drug consumption context. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.20: 20a20, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v20.48274>.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. Saúde Pública ou Saúde Coletiva? **Revista Espaço para a Saúde**, v. 15, n. 4, p. 01-21, 2014.

TREVISAN, Erika Renata; CASTRO, Sybelle de Souza. Centros de Atenção Psicossocial - álcool e drogas: perfil dos usuários. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 121, p.450-463, 2019.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report**, p 114, 2021. Disponível em: www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html.

US Preventive Services Task Force. Primary Care-Based Interventions to Prevent Illicit Drug Use in Children, Adolescents, and Young Adults: US Preventive Services Task Force

Recommendation Statement. **Clinical Review & Education**, v. 323, n. 20, p. 2060-2066, 2020. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2766430>>.

VALENÇA, Cecília Nogueira; et al. Abordagem da dependencia de substancias psicoativas na adolescencia: reflexao etica para a enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 17, n. 3, p. 562-567, 2013.

VÁZQUEZ, María de Jesús Pérez; OVIEDO, Aracely Díaz; OLALDE, María Gloria Calixto. Experiência vivenciada pelos adolescentes consumidores de drogas: uma abordagem fenomenológica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52: e03349, 2018.

WISDOM, Jennifer P; GOGEL Leah P. Perspectives on adolescent residential substance abuse treatment: when are adolescents done? **Psychiatric Services**, v. 61, n. 8, p. 817-821, 2010.